



TESOURO NACIONAL

Boletim

2026

Agosto

Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 32, N.8 – Publicado em 29/09/2026



Ministério da Fazenda
Dario Carnevalli Durigan

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda
Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria do Tesouro Nacional
Daniel Cardoso Leal

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional
David Rebelo Athayde

Subsecretários
Francisco Onivaldo de Oliveira Segundo
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento
Luiz Fernando Alves
Maria Betânia Gonçalves Xavier
Paulo Moreira Marques
Rafael Rezende Brigolini
Suzana Teixeira Braga

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais
Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais
Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica
Bruno Orsi Teixeira
Guilherme Furtado de Moura
José de Anchieta Semedo Neves

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Arte: Hugo Pullen

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 32, n. 8 (Agosto, 2026). –

Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Agosto		Variação (2026/2025)		
	2025	2026	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	219.614,4	241.960,6	22.346,2	10,2%	5,7%
2. Transf. por Repartição de Receita	45.398,1	54.082,3	8.684,2	19,1%	14,3%
3. Receita Líquida (I-II)	174.216,3	187.878,3	13.662,0	7,8%	3,5%
4. Despesa Total	189.756,5	201.463,2	11.706,8	6,2%	1,9%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-15.540,2	-13.584,9	1.955,3	-12,6%	-16,1%
Resultado do Tesouro Nacional	3.535,9	5.078,1	1.542,2	43,6%	37,8%
Resultado do Banco Central	-55,9	-57,0	-1,1	2,0%	-2,1%
Resultado da Previdência Social	-19.020,2	-18.606,0	414,2	-2,2%	-6,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	3.480,0	5.021,1	1.541,1	44,3%	38,4%

Em agosto de 2026, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 13,6 bilhões ante um deficit de R\$ 15,5 bilhões em agosto de 2025. Em termos reais, a receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 6,3 bilhões (+3,5%), enquanto a despesa total registrou um aumento de R\$ 3,7 bilhões (+1,9%), quando comparadas a agosto de 2025.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Agosto		Variação Nominal		Variação Real	
		2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		219.614,4	241.960,6	22.346,2	10,2%	13.071,0	5,7%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		131.830,9	145.026,8	13.195,8	10,0%	7.628,1	5,6%
1.1.1 Imposto de Importação	1	6.801,2	8.725,5	1.924,3	28,3%	1.637,0	23,1%
1.1.2 IPI	2	7.539,7	9.452,9	1.913,3	25,4%	1.594,9	20,3%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	53.125,4	54.285,5	1.160,1	2,2%	-1.083,6	-2,0%
1.1.4 IOF		8.586,2	8.998,8	412,7	4,8%	50,0	0,6%
1.1.5 COFINS	4	34.003,9	37.381,8	3.377,9	9,9%	1.941,8	5,5%
1.1.6 PIS/PASEP		9.274,6	9.763,6	489,0	5,3%	97,3	1,0%
1.1.7 CSLL		8.698,6	9.655,8	957,2	11,0%	589,8	6,5%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		345,1	338,0	-7,0	-2,0%	-21,6	-6,0%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	5	3.456,4	6.424,8	2.968,4	85,9%	2.822,4	78,3%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	6	59.518,4	65.920,9	6.402,5	10,8%	3.888,8	6,3%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		28.265,0	31.012,9	2.747,9	9,7%	1.554,2	5,3%
1.4.1 Concessões e Permissões		266,6	112,1	-154,5	-58,0%	-165,8	-59,7%
1.4.2 Dividendos e Participações	7	9.828,2	8.881,1	-947,1	-9,6%	-1.362,2	-13,3%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.603,6	1.696,8	93,2	5,8%	25,5	1,5%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	8	8.286,9	11.498,5	3.211,6	38,8%	2.861,6	33,1%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.667,8	1.670,2	2,4	0,1%	-68,0	-3,9%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.676,7	3.252,2	575,5	21,5%	462,4	16,6%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	2,6	2,6	-	2,6	-
1.4.8 Demais Receitas		3.935,2	3.899,5	-35,7	-0,9%	-201,9	-4,9%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		45.398,1	54.082,3	8.684,2	19,1%	6.766,9	14,3%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	9	33.913,2	38.816,5	4.903,3	14,5%	3.471,0	9,8%
2.2 Fundos Constitucionais		1.715,3	2.016,1	300,8	17,5%	228,4	12,8%
2.2.1 Repasse Total		2.102,6	2.578,5	475,9	22,6%	387,1	17,7%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-387,3	-562,4	-175,1	45,2%	-158,7	39,3%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.616,4	1.879,6	263,2	16,3%	194,9	11,6%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	10	8.100,6	11.307,6	3.207,0	39,6%	2.864,9	33,9%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.6 Demais		52,7	62,6	9,9	18,8%	7,7	14,0%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		174.216,3	187.878,3	13.662,0	7,8%	6.304,1	3,5%
4. DESPESA TOTAL		189.756,5	201.463,2	11.706,8	6,2%	3.692,5	1,9%
4.1 Benefícios Previdenciários	11	78.538,6	84.526,9	5.988,3	7,6%	2.671,3	3,3%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais		31.854,2	31.974,5	120,4	0,4%	-1.225,0	-3,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		29.574,1	39.760,4	10.186,3	34,4%	8.937,2	29,0%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	12	8.437,4	11.147,5	2.710,1	32,1%	2.353,8	26,8%
4.3.2 Anistiados		16,6	18,5	1,8	10,9%	1,1	6,4%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		7,6	4,7	-2,9	-38,4%	-3,2	-40,9%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		67,8	103,7	35,9	52,9%	33,0	46,7%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		10.898,4	11.456,0	557,7	5,1%	97,4	0,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	2,6	2,6	-	2,6	-
4.3.7 Créditos Extraordinários	13	685,9	2.047,6	1.361,6	198,5%	1.332,7	186,4%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		93,0	109,4	16,4	17,7%	12,5	12,9%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		4.706,7	5.543,0	836,3	17,8%	637,5	13,0%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		425,7	459,8	34,1	8,0%	16,1	3,6%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.485,9	1.603,1	117,2	7,9%	54,4	3,5%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,1	332,0	0,0	0,0%	-14,1	-4,1%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		712,7	535,9	-176,9	-24,8%	-207,0	-27,9%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		1.366,6	1.208,4	-158,2	-11,6%	-215,9	-15,2%
4.3.16 Transferências ANA		12,0	13,4	1,4	12,0%	0,9	7,5%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		124,7	42,5	-82,2	-65,9%	-87,5	-67,3%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		200,9	184,0	-16,9	-8,4%	-25,4	-12,1%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	14	-	4.948,3	4.948,3	-	4.948,3	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		49.789,5	45.201,3	-4.588,2	-9,2%	-6.691,0	-12,9%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		30.760,3	30.935,7	175,4	0,6%	-1.123,7	-3,5%
4.4.2 Discricionárias	15	19.029,3	14.265,6	-4.763,6	-25,0%	-5.567,3	-28,1%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-15.540,2	-13.584,9	1.955,3	-12,6%	2.611,6	-16,1%

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 1.637,0 milhões / +23,1%): esta variação refletiu os incrementos de 13,9% no valor em dólar (volume) das importações e de 20,6% da alíquota média efetiva, efeitos que preponderaram ante a apreciação de 5,4% da taxa média de câmbio.

Nota 2 – IPI (+R\$ 1.594,9 milhões / +20,3%): o resultado do período foi influenciado, principalmente, pelo desempenho das linhas de IPI-Fumo (+R\$ 1,3 bilhão), em razão do aumento da saída de cigarros, e de IPI-Vinculado à Importação (+R\$ 529,4 milhões), explicado qualitativamente pelos mesmos fatores mencionados na **Nota 1**. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução em IPI-Outros (-R\$ 455,1 milhões), cujo resultado foi impactado por um efeito negativo de compensações e retificações.

Nota 3 – Imposto sobre a Renda (-R\$ 1.083,6 milhões / -2,0%): esta variação conjugou, principalmente, um decréscimo do IRPJ (-R\$ 8,4 bilhões) e um acréscimo do IRRF (+R\$ 7,6 bilhões). O primeiro pode ser explicado, em grande parte, pelo aumento das compensações, em que pese o crescimento observado da receita bruta em razão do bom desempenho da estimativa mensal e, em menor medida, da declaração de ajuste de entidades financeiras. Por seu turno, o aumento do IRRF refletiu os seguintes fatores: i) rendimentos do capital (+R\$ 3,2 bilhões), com destaque para os recolhimentos sobre aplicações de renda fixa, lucros ou dividendos e juros sobre o capital próprio; ii) rendimentos de residentes no exterior (+R\$ 2,7 bilhão), especialmente os recolhimentos associados aos itens aplicações financeiras e royalties e assistência técnica, ademais de uma contribuição positiva das compensações tributárias; e iii) rendimentos do trabalho (+R\$ 1,5 bilhão), cuja arrecadação líquida registrou uma dinâmica de restituições e compensações mais que suficiente para compensar a redução verificada na arrecadação bruta, esta última devido aos decréscimos nos recolhimentos associados a honorários advocatícios de sucumbência, ao trabalho assalariado e a aposentadorias.

Nota 4 – Cofins (+R\$ 1.941,8 milhões / +5,5%): este crescimento esteve relacionado, em parte, ao desempenho dos indicadores de volume de vendas (+1,8%, PMC-IBGE) e de volume de serviços (+0,9%, PMS-IBGE). Numa abertura por setores da atividade econômica, destacaram-se os de extração de petróleo e gás natural, de comércio atacadista e de serviços financeiros.

Nota 5 – Outras Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 2.822,4 milhões / +78,3%): resultado refletiu, principalmente, as alterações legislativas no Imposto de Exportação sobre óleo bruto (Resolução Gecex nº 938/2026), item responsável pelo recolhimento de R\$ 1,9 bilhão no mês de agosto de 2026. Em menor medida, a CIDE-Remessas ao Exterior contribuiu com um aumento real de 22,2% (+R\$ 307,6 milhões).

Nota 6 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 3.888,8 milhões / +6,3%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento real de 2,9% da massa salarial habitual entre julho de 2025 e julho de 2026; ii) saldo positivo de 58.568 empregos em julho de 2026 (Novo Caged/TEM), destacando-se os setores de construção, de serviços e agrícola; iii) crescimento de 6,5% na arrecadação do Simples Nacional Previdenciário; e iv) reoneração escalonada da contribuição patronal dos Municípios e da folha de pagamentos a partir de janeiro de 2025 (Lei nº 14.973/2024).

Nota 7 – Dividendos e Participações (-R\$ 1.362,2 milhões / -13,3%): resultado refletiu, majoritariamente, os menores recebimentos pela União de recursos relativos a participações societárias na Eletrobras (-R\$ 1,2 bilhão) e Petrobras (-R\$ 461,2 milhões).

Nota 8 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 2.861,6 milhões / +33,1%): resultado refletiu, em grande parte, a elevação das receitas de royalties, influenciada pelos aumentos do preço internacional do barril de petróleo e da produção, e de comercialização do petróleo e gás natural da União pela PPSA.

Nota 9 – FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 3.471,0 milhões / +9,8%): a dinâmica destes repasses foi influenciada pelo desempenho da arrecadação dos tributos que compõem a base de cálculo dessas transferências (ver **Notas 2 e 3**), ademais da sistemática de repartição, que considera a dinâmica do IR e do IPI no último decêndio do mês anterior e nos dois primeiros decêndios do mês de referência.

Nota 10 – Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 2.864,9 milhões / +33,9%): estes repasses refletem a evolução das receitas de Exploração de Recursos Naturais, em especial aquelas relacionadas ao setor de petróleo.

Nota 11 - Benefícios Previdenciários (+R\$ 2.671,3 milhões / +3,3%): o incremento refletiu os efeitos relacionados ao aumento da base de beneficiários do RGPS e à política de valorização real do salário-mínimo.

Nota 12 – Abono e Seguro Desemprego (+R\$ 2.353,8 milhões / +26,8%): a variação observada refletiu os aumentos reais das despesas com Seguro Desemprego (+R\$ 1,6 bilhão) e, em menor magnitude, Abono (+R\$ 764,5 milhões).

Nota 13 – Créditos Extraordinários (+R\$ 1.332,7 milhões / +186,4%): a variação refletiu, principalmente, a integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab (R\$ 750,0 milhões) e a implementação de medidas de mitigação dos impactos econômicos causados pelos conflitos no Oriente Médio, destacando-se subvenções econômicas à produção e à importação de combustíveis derivados do petróleo (R\$ 808,7 milhões).

Nota 14 – Financiamento de Campanha Eleitoral (+R\$ 4.948,3 milhões): explicado pelo pagamento, em agosto de 2026, de despesas associadas ao financiamento das eleições para cargos dos poderes executivo e legislativo, sem contrapartida no mesmo mês do ano anterior.

Nota 15 – Discricionárias (-R\$ 5.567,3 milhões / -28,1%): a redução observada neste comparativo refletiu, especialmente, os menores pagamentos de ações nas funções Saúde (-R\$ 2,9 bilhões), Educação (-R\$ 848,9 milhões) e Demais (-R\$ 895,9 milhões).

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Ago		Variação (2026/2025)		
	2025	2026	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.887.248,4	2.081.627,9	194.379,5	10,3%	5,7%
2. Transf. por Repartição de Receita	373.342,5	411.892,6	38.550,1	10,3%	5,7%
3. Receita Líquida (1-2)	1.513.905,8	1.669.735,3	155.829,4	10,3%	5,7%
4. Despesa Total	1.599.793,4	1.764.604,8	164.811,4	10,3%	5,7%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-85.887,5	-94.869,5	-8.981,9	10,5%	7,1%
Resultado do Tesouro Nacional	179.906,1	182.834,2	2.928,1	1,6%	-3,0%
Resultado do Banco Central	-434,9	-683,6	-248,7	57,2%	51,0%
Resultado da Previdência Social	-265.358,7	-277.020,1	-11.661,3	4,4%	0,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	179.471,2	182.150,6	2.679,4	1,5%	-3,2%

No período de janeiro a agosto de 2026, o Governo Central registrou um déficit de R\$ 94,9 bilhões, ante um déficit de R\$ 85,9 bilhões no mesmo período de 2025. Em termos reais, a receita líquida apresentou um aumento de R\$ 90,0 bilhões (+5,7%) e a despesa total registrou uma alta de R\$ 96,3 bilhões (+5,7%) em 2026, quando comparadas aos oito primeiros meses de 2025.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
		2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		1.887.248,4	2.081.627,9	194.379,5	10,3%	112.395,7	5,7%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		1.225.237,9	1.365.007,7	139.769,8	11,4%	86.663,4	6,7%
1.1.1 Imposto de Importação	1	59.719,2	69.801,6	10.082,3	16,9%	7.457,7	11,9%
1.1.2 IPI	2	57.129,0	65.845,5	8.716,5	15,3%	6.212,1	10,3%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	580.391,9	625.281,0	44.889,1	7,7%	19.595,4	3,2%
1.1.4 IOF	4	51.926,7	67.181,1	15.254,4	29,4%	13.147,6	24,1%
1.1.5 COFINS	5	247.934,2	272.847,1	24.913,0	10,0%	14.197,4	5,4%
1.1.6 PIS/PASEP		70.044,0	70.993,5	949,5	1,4%	-2.117,2	-2,9%
1.1.7 CSLL	6	126.195,6	140.795,3	14.599,7	11,6%	9.090,0	6,8%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		2.137,9	2.203,5	65,5	3,1%	-25,9	-1,2%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	7	29.759,4	50.059,2	20.299,8	68,2%	19.106,3	61,0%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	8	443.672,9	491.900,0	48.227,1	10,9%	29.117,2	6,2%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		218.337,5	224.720,1	6.382,6	2,9%	-3.384,9	-1,5%
1.4.1 Concessões e Permissões		3.770,6	3.364,9	-405,6	-10,8%	-577,6	-14,5%
1.4.2 Dividendos e Participações	9	33.527,1	19.255,9	-14.271,2	-42,6%	-15.803,4	-45,0%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		11.269,2	12.568,4	1.299,2	11,5%	833,9	7,1%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	10	90.092,8	112.087,1	21.994,4	24,4%	17.914,3	18,9%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		15.508,5	13.188,6	-2.319,9	-15,0%	-3.022,5	-18,5%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		22.318,0	24.750,3	2.432,3	10,9%	1.469,7	6,3%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		28,4	44,0	15,6	54,9%	14,5	48,6%
1.4.8 Demais Receitas		41.822,9	39.460,8	-2.362,1	-5,6%	-4.213,7	-9,6%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		373.342,5	411.892,6	38.550,1	10,3%	22.360,7	5,7%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	11	297.499,0	323.299,3	25.800,3	8,7%	12.939,0	4,1%
2.2 Fundos Constitucionais		11.556,7	14.925,0	3.368,3	29,1%	2.896,0	23,9%
2.2.1 Repasse Total		19.402,8	20.920,8	1.517,9	7,8%	666,5	3,3%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-7.846,1	-5.995,8	1.850,4	-23,6%	2.229,6	-27,0%
2.3 Contribuição do Salário Educação		14.653,7	15.986,3	1.332,6	9,1%	699,6	4,5%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	12	48.093,4	56.279,3	8.185,9	17,0%	6.033,7	11,9%
2.5 CIDE - Combustíveis		672,1	721,6	49,5	7,4%	20,7	2,9%
2.6 Demais		867,7	681,1	-186,6	-21,5%	-228,2	-24,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		1.513.905,8	1.669.735,3	155.829,4	10,3%	90.035,0	5,7%
4. DESPESA TOTAL		1.599.793,4	1.764.604,8	164.811,4	10,3%	96.268,5	5,7%
4.1 Benefícios Previdenciários	13	709.031,7	768.920,1	59.888,4	8,4%	29.337,5	3,9%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	14	260.778,7	286.872,7	26.093,9	10,0%	15.002,4	5,5%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		278.322,5	309.232,8	30.910,3	11,1%	19.177,7	6,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		69.218,5	75.446,9	6.228,4	9,0%	3.124,7	4,3%
4.3.2 Anistiados		132,2	172,1	39,9	30,2%	34,7	25,0%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		3.357,7	235,4	-3.122,3	-93,0%	-3.312,7	-93,2%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		555,5	846,5	291,1	52,4%	268,4	46,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		84.557,8	92.237,3	7.679,4	9,1%	4.030,0	4,5%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		28,4	44,0	15,6	54,9%	14,5	48,6%
4.3.7 Créditos Extraordinários	15	3.571,5	14.350,0	10.778,6	301,8%	10.601,8	283,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		620,7	811,0	190,4	30,7%	164,6	25,4%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		40.291,3	45.434,5	5.143,2	12,8%	3.406,0	8,0%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		3.419,9	4.003,7	583,8	17,1%	441,4	12,3%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		11.933,3	13.076,0	1.142,7	9,6%	628,5	5,0%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		2.656,5	2.656,2	-0,3	0,0%	-116,7	-4,2%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		38.614,6	38.178,7	-435,9	-1,1%	-1.619,4	-4,0%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		16.654,5	14.257,8	-2.396,7	-14,4%	-3.137,8	-17,9%
4.3.16 Transferências ANA		43,1	78,2	35,1	81,4%	33,1	73,7%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.287,1	973,2	-314,0	-24,4%	-379,3	-28,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		1.379,8	1.476,0	96,2	7,0%	40,8	2,8%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	4.955,1	4.955,1	-	4.955,1	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		351.660,4	399.579,2	47.918,8	13,6%	32.750,9	8,9%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		244.366,1	252.029,6	7.663,5	3,1%	-3.052,2	-1,2%
4.4.2 Discrecionárias	16	107.294,3	147.549,6	40.255,3	37,5%	35.803,1	31,8%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-85.887,5	-94.869,5	-8.981,9	10,5%	-6.233,5	7,1%

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 7.457,7 milhões / +11,9%): o resultado conjugou crescimentos de 8,5% no valor em dólar (volume) das importações e de 20,4% da alíquota média efetiva, parcialmente compensados pela apreciação de 9,5% da taxa média de câmbio.

Nota 2 – IPI (+R\$ 6.212,1 milhões / +10,3%): o resultado foi impulsionado pelo crescimento nos seguintes itens: i) IPI-Automóveis (+R\$ 2,2 bilhões), explicado quase que integralmente pelo efeito positivo de compensações líquidas; ii) IPI-Vinculado à Importação (+R\$ 1,6 bilhão), afetado qualitativamente por fatores similares aos destacados na **Nota 1**; iii) IPI-Fumo (+R\$ 1,5 bilhão), que teve como principal fator explicativo o crescimento na saída de cigarros; e iv) IPI-Outros (+R\$ 762,4 milhões), impulsionado, especialmente, pelos setores de comércio atacadista e de fabricação de equipamentos de informática e eletrônicos.

Nota 3 - Imposto sobre a Renda (+R\$ 19.595,4 milhões / +3,2%): variação explicada, principalmente, pelo crescimento do IRRF sobre rendimentos do capital (+R\$ 17,7 bilhões), em razão do aumento da arrecadação relativa a aplicações de renda fixa, lucros ou dividendos, juros sobre capital próprio e fundos de investimento sujeitos à tributação periódica. Também contribuíram, em menor medida, para a variação observada: i) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+R\$ 5,3 bilhões), com acréscimos nos recolhimentos associados a royalties e assistência técnica, juros e comissões em geral e aplicações financeiras, ademais de uma contribuição positiva associada às compensações tributárias; e ii) IRPF (+R\$ 5,3 bilhões), com destaque para o acréscimo real de 13,6% nos recolhimentos das quotas da Declaração de Ajuste Anual. Em sentido oposto, foram observados decréscimos reais nas seguintes rubricas: i) IRRF-Rendimentos do trabalho (-R\$ 5,6 bilhões), influenciado, majoritariamente, pela redução dos recolhimentos relativos à aposentadorias, aos rendimentos do trabalho assalariado e aos honorários advocatícios de sucumbência; e ii) IRPJ (-R\$ 2,7 bilhões), cujo efeito negativo associado à dinâmica de compensações e retificações provocou um decréscimo da arrecadação líquida, ainda que tenha sido observada uma elevação da arrecadação bruta em razão de crescimentos nos recolhimentos do lucro presumido, da declaração de ajuste de entidades financeiras e da estimativa mensal.

Nota 4 – IOF (+R\$ 13.147,6 milhões / +24,1%): crescimento atribuído à expansão da arrecadação associada às operações de crédito e de saída de moeda estrangeira, refletindo as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.499, de junho de 2025.

Nota 5 – Cofins (+R\$ 14.197,4 milhões / +5,4%): explicado, majoritariamente, pelos seguintes fatores: i) crescimentos reais no volume de vendas (+2,0%, PMC-IBGE) e no volume de serviços (+2,1%, PMS-IBGE), entre dezembro de 2025 e julho de 2026, ante o período entre dezembro de 2024 e julho de 2025; ii) recuperação da arrecadação relativa a setores inseridos no Perse e ao setor de petróleo; e iii) desempenho positivo do Simples Nacional e dos setores automotivo, de eletricidade e gás e de entidades financeiras. Como fator atenuante, mencionem-se as desonerações temporárias sobre diesel, biodiesel e querosene de aviação no âmbito das ações de mitigação da Guerra no Oriente Médio.

Nota 6 – CSLL (+R\$ 9.090,0 milhões / +6,8%): variação impulsionada, especialmente, pelos crescimentos nas arrecadações do lucro presumido, da declaração de ajuste de entidades financeiras, da estimativa mensal e do balanço trimestral. Mencione-se, adicionalmente, uma contribuição positiva das compensações, restituições e retificações.

Nota 7 - Outras Receitas Administradas pela RFB (+R\$ 19.106,3 milhões / +61,0%): a expansão foi influenciada, especialmente, pelas alterações legislativas no Imposto de Exportação sobre óleo bruto (MP nº 1.340/2026 e Resolução Gecex nº 938/2026), que incrementou os recolhimentos daquele tributo a partir do mês de maio de 2026, e pelo recebimento de depósitos judiciais. Em menor medida, também

contribuíram para a variação observada os ingressos de cerca de R\$ 1,6 bilhão via transação tributária e os crescimentos dos itens CIDE-Remessas ao Exterior e receitas de loterias.

Nota 8 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 29.117,2 milhões / +6,2%): o comportamento dessa rubrica esteve relacionado, principalmente, ao crescimento real da massa salarial e à geração líquida de empregos formais, com destaque para os setores de serviços, construção e indústrias de transformação. Contribuíram, ainda, para o resultado, o aumento da arrecadação do Simples Nacional previdenciário e os efeitos da reoneração escalonada da folha de pagamentos e da contribuição patronal dos municípios, nos termos da Lei nº 14.973/2024.

Nota 9 – Dividendos e Participações (-R\$ 15.803,4 milhões / -45,0%): a redução da rubrica refletiu, em grande parte, os menores pagamentos por parte do BNDES (-R\$ 6,3 bilhões), Petrobras (-R\$ 2,6 bilhões), Eletrobras (-R\$ 2,4 bilhões), Caixa (-R\$ 2,3 bilhões) e Banco do Brasil (-R\$ 2,0 bilhões).

Nota 10 – Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 17.914,3 milhões / +18,9%): o resultado da arrecadação refletiu, principalmente, a elevação das receitas de royalties, influenciada pelos aumentos do preço internacional do barril de petróleo e da produção, e de comercialização do petróleo e gás natural da União pela PPSA.

Nota 11 – FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 12.939,0 milhões / +4,1%): o aumento acumulado refletiu o desempenho da arrecadação dos tributos que compõem a base de cálculo dessas transferências (ver **Notas 2 e 3**).

Nota 12 – Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+R\$ 6.033,7 milhões / +11,9%): ver na **Nota 10** a explicação para as receitas de exploração, que servem de base para estes repasses.

Nota 13 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 29.337,5 milhões / +3,9%): o crescimento no acumulado do ano foi explicado, majoritariamente, pelo aumento do número de beneficiários do RGPS e pela política de valorização real do salário-mínimo. Em menor medida, também contribuiu para a variação observada o incremento proporcional nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios nesta rubrica no ano de 2026.

Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 15.002,4 milhões / +5,5%): o principal fator explicativo para esta variação foi o reajuste salarial do funcionalismo público federal em 2026. Também contribuiu para este aumento o pagamento proporcionalmente maior de sentenças judiciais e precatórios nesta rubrica no ano de 2026.

Nota 15 – Créditos Extraordinários (+R\$ 10.601,8 milhões / +283,5%): o principal fator explicativo foi a adoção de medidas de mitigação dos impactos econômicos causados pela guerra no Oriente Médio, com destaque para as subvenções econômicas à produção, comercialização e importação de combustíveis derivados do petróleo (R\$ 7,8 bilhões). Adicionalmente, contribuíram para esta variação as integralizações de cotas aos seguintes fundos: Fundo Garantidor para Investimentos – FGI (R\$ 2,0 bilhões), FGHab (R\$ 750,0 milhões), Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior – FGCE (R\$ 500,0 milhões), Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (R\$ 500,0 milhões) e Fundo Garantidor de Operações – FGO (R\$ 300,0 milhões).

Nota 16 – Discricionárias (+R\$ 35.803,1 milhões / +31,8%): explicado, principalmente, pelo crescimento nos pagamentos de ações nas funções Saúde (+R\$ 16,2 bilhões), Educação (+R\$ 10,3 bilhões), dos quais R\$ 9,5 bilhões referentes à integralização do FIPEM, Assistência Social (+R\$ 2,4 bilhões) e Demais (+R\$ 5,9 bilhões).

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	219.614,4	241.960,6	22.346,2	10,2%	13.071,0	5,7%	1.887.248,4	2.081.627,9	194.379,5	10,3%	112.395,7	5,7%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	131.830,9	145.026,8	13.195,8	10,0%	7.628,1	5,6%	1.225.237,9	1.365.007,7	139.769,8	11,4%	86.663,4	6,7%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	6.801,2	8.725,5	1.924,3	28,3%	1.637,0	23,1%	59.719,2	69.801,6	10.082,3	16,9%	7.457,7	11,9%
1.1.2 IPI	7.539,7	9.452,9	1.913,3	25,4%	1.594,9	20,3%	57.129,0	65.845,5	8.716,5	15,3%	6.212,1	10,3%
1.1.2.1 IPI - Fumo	845,2	2.153,1	1.307,9	154,8%	1.272,2	144,4%	7.575,4	9.368,5	1.793,1	23,7%	1.464,7	18,4%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	298,1	300,4	2,3	0,8%	-10,3	-3,3%	2.449,7	2.704,3	254,6	10,4%	143,6	5,6%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	466,7	745,0	278,3	59,6%	258,6	53,2%	4.763,9	7.211,4	2.447,5	51,4%	2.231,2	44,5%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.397,1	3.027,8	630,7	26,3%	529,4	21,2%	21.116,8	23.660,9	2.544,2	12,0%	1.610,3	7,3%
1.1.2.5 IPI - Outros	3.532,6	3.226,7	-305,9	-8,7%	-455,1	-12,4%	21.223,2	22.900,4	1.677,1	7,9%	762,4	3,4%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	53.125,4	54.285,5	1.160,1	2,2%	-1.083,6	-2,0%	580.391,9	625.281,0	44.889,1	7,7%	19.595,4	3,2%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	6.108,9	6.070,1	-38,8	-0,6%	-296,8	-4,7%	56.695,0	64.539,8	7.844,8	13,8%	5.282,1	8,9%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.159,3	4.277,7	-7.881,6	-64,8%	-8.395,1	-66,2%	216.766,4	223.559,4	6.793,0	3,1%	-2.748,8	-1,2%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	34.857,2	43.937,7	9.080,5	26,1%	7.608,3	20,9%	306.930,5	337.181,8	30.251,3	9,9%	17.062,1	5,3%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	16.362,1	18.588,6	2.226,5	13,6%	1.535,5	9,0%	135.327,4	135.497,3	169,9	0,1%	-5.625,9	-3,9%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	10.222,1	13.891,5	3.669,4	35,9%	3.237,7	30,4%	96.975,2	118.799,9	21.824,7	22,5%	17.675,2	17,4%
1.1.3.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	6.238,3	9.248,1	3.009,8	48,2%	2.746,4	42,2%	57.649,0	65.457,6	7.808,6	13,5%	5.288,0	8,7%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.034,8	2.209,5	174,7	8,6%	88,8	4,2%	16.978,8	17.426,9	448,1	2,6%	-275,2	-1,5%
1.1.4 IOF	8.586,2	8.998,8	412,7	4,8%	50,0	0,6%	51.926,7	67.181,1	15.254,4	29,4%	13.147,6	24,1%
1.1.5 Cofins	34.003,9	37.381,8	3.377,9	9,9%	1.941,8	5,5%	247.934,2	272.847,1	24.913,0	10,0%	14.197,4	5,4%
1.1.6 PIS/Pasep	9.274,6	9.763,6	489,0	5,3%	97,3	1,0%	70.044,0	70.993,5	949,5	1,4%	-2.117,2	-2,9%
1.1.7 CSLL	8.698,6	9.655,8	957,2	11,0%	589,8	6,5%	126.195,6	140.795,3	14.599,7	11,6%	9.090,0	6,8%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	345,1	338,0	-7,0	-2,0%	-21,6	-6,0%	2.137,9	2.203,5	65,5	3,1%	-25,9	-1,2%
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	3.456,4	6.424,8	2.968,4	85,9%	2.822,4	78,3%	29.759,4	50.059,2	20.299,8	68,2%	19.106,3	61,0%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	59.518,4	65.920,9	6.402,5	10,8%	3.888,8	6,3%	443.672,9	491.900,0	48.227,1	10,9%	29.117,2	6,2%
1.3.1 Urbana	58.781,4	65.157,4	6.376,0	10,8%	3.893,4	6,4%	433.739,1	485.586,5	51.847,4	12,0%	33.176,3	7,3%
1.3.2 Rural	737,0	763,5	26,5	3,6%	-4,7	-0,6%	9.933,8	6.313,5	-3.620,3	-36,4%	-4.059,1	-39,0%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	28.265,0	31.012,9	2.747,9	9,7%	1.554,2	5,3%	218.337,5	224.720,1	6.382,6	2,9%	-3.384,9	-1,5%
1.4.1 Concessões e Permissões	266,6	112,1	-154,5	-58,0%	-165,8	-59,7%	3.770,6	3.364,9	-405,6	-10,8%	-577,6	-14,5%
1.4.2 Dividendos e Participações	9.828,2	8.881,1	-947,1	-9,6%	-1.362,2	-13,3%	33.527,1	19.255,9	-14.271,2	-42,6%	-15.803,4	-45,0%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	3.052,0	1.240,4	-1.811,6	-59,4%	-1.954,4	-61,0%
1.4.2.2 BNB	167,6	165,1	-2,5	-1,5%	-9,6	-5,5%	363,4	548,5	185,1	50,9%	170,8	44,7%
1.4.2.3 BNDES	6.783,7	7.405,0	621,3	9,2%	334,8	4,7%	13.344,4	7.607,1	-5.737,3	-43,0%	-6.327,7	-45,4%
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2.771,0	582,0	-2.189,0	-79,0%	-2.325,4	-80,0%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	1.173,9	0,0	-1.173,9	-100,0%	-1.223,5	-100,0%	2.348,2	86,2	-2.262,0	-96,3%	-2.381,6	-96,5%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	1.700,4	1.311,0	-389,4	-22,9%	-461,2	-26,0%	9.612,0	7.407,3	-2.204,7	-22,9%	-2.637,2	-26,1%

Discriminação	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.9 Demais	2,7	0,0	-2,7	-100,0%	-2,8	-100,0%	2.036,1	1.784,3	-251,8	-12,4%	-347,9	-16,3%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.603,6	1.696,8	93,2	5,8%	25,5	1,5%	11.269,2	12.568,4	1.299,2	11,5%	833,9	7,1%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	8.286,9	11.498,5	3.211,6	38,8%	2.861,6	33,1%	90.092,8	112.087,1	21.994,4	24,4%	17.914,3	18,9%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.667,8	1.670,2	2,4	0,1%	-68,0	-3,9%	15.508,5	13.188,6	-2.319,9	-15,0%	-3.022,5	-18,5%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.676,7	3.252,2	575,5	21,5%	462,4	16,6%	22.318,0	24.750,3	2.432,3	10,9%	1.469,7	6,3%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	2,6	2,6	-	2,6	-	28,4	44,0	15,6	54,9%	14,5	48,6%
1.4.8 Demais Receitas	3.935,2	3.899,5	-35,7	-0,9%	-201,9	-4,9%	41.822,9	39.460,8	-2.362,1	-5,6%	-4.213,7	-9,6%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	45.398,1	54.082,3	8.684,2	19,1%	6.766,9	14,3%	373.342,5	411.892,6	38.550,1	10,3%	22.360,7	5,7%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	33.913,2	38.816,5	4.903,3	14,5%	3.471,0	9,8%	297.499,0	323.299,3	25.800,3	8,7%	12.939,0	4,1%
2.2 Fundos Constitucionais	1.715,3	2.016,1	300,8	17,5%	228,4	12,8%	11.556,7	14.925,0	3.368,3	29,1%	2.896,0	23,9%
2.2.1 Repasse Total	2.102,6	2.578,5	475,9	22,6%	387,1	17,7%	19.402,8	20.920,8	1.517,9	7,8%	666,5	3,3%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-387,3	-562,4	-175,1	45,2%	-158,7	39,3%	-7.846,1	-5.995,8	1.850,4	-23,6%	2.229,6	-27,0%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.616,4	1.879,6	263,2	16,3%	194,9	11,6%	14.653,7	15.986,3	1.332,6	9,1%	699,6	4,5%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	8.100,6	11.307,6	3.207,0	39,6%	2.864,9	33,9%	48.093,4	56.279,3	8.185,9	17,0%	6.033,7	11,9%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	672,1	721,6	49,5	7,4%	20,7	2,9%
2.6 Demais	52,7	62,6	9,9	18,8%	7,7	14,0%	867,7	681,1	-186,6	-21,5%	-228,2	-24,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	174.216,3	187.878,3	13.662,0	7,8%	6.304,1	3,5%	1.513.905,8	1.669.735,3	155.829,4	10,3%	90.035,0	5,7%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	189.756,5	201.463,2	11.706,8	6,2%	3.692,5	1,9%	1.599.793,4	1.764.604,8	164.811,4	10,3%	96.268,5	5,7%
4.1 Benefícios Previdenciários	78.538,6	84.526,9	5.988,3	7,6%	2.671,3	3,3%	709.031,7	768.920,1	59.888,4	8,4%	29.337,5	3,9%
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}</i>	61.851,5	66.474,9	4.623,4	7,5%	2.011,1	3,1%	557.596,6	604.266,7	46.670,1	8,4%	22.643,1	3,9%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.909,0	1.804,0	-105,1	-5,5%	-185,7	-9,3%	26.252,7	31.092,1	4.839,5	18,4%	3.959,6	14,4%
<i>Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}</i>	16.687,1	18.052,0	1.364,9	8,2%	660,1	3,8%	151.435,1	164.653,4	13.218,3	8,7%	6.694,4	4,2%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	517,5	493,9	-23,6	-4,6%	-45,4	-8,4%	7.187,3	8.534,7	1.347,4	18,7%	1.106,2	14,7%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.854,2	31.974,5	120,4	0,4%	-1.225,0	-3,7%	260.778,7	286.872,7	26.093,9	10,0%	15.002,4	5,5%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.222,4	263,9	-958,4	-78,4%	-1.010,1	-79,3%	8.471,5	11.135,4	2.663,8	31,4%	2.414,3	27,3%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	29.574,1	39.760,4	10.186,3	34,4%	8.937,2	29,0%	278.322,5	309.232,8	30.910,3	11,1%	19.177,7	6,6%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	8.437,4	11.147,5	2.710,1	32,1%	2.353,8	26,8%	69.218,5	75.446,9	6.228,4	9,0%	3.124,7	4,3%
Abono	4.261,2	5.205,7	944,5	22,2%	764,5	17,2%	29.470,0	32.589,4	3.119,4	10,6%	1.822,3	5,9%
Seguro Desemprego	4.176,2	5.941,8	1.765,7	42,3%	1.589,3	36,5%	39.748,6	42.857,5	3.108,9	7,8%	1.302,4	3,1%
d/q Seguro Defeso	208,0	603,7	395,7	190,3%	386,9	178,5%	7.182,3	6.149,5	-1.032,7	-14,4%	-1.433,1	-18,9%
4.3.2 Anistiados	16,6	18,5	1,8	10,9%	1,1	6,4%	132,2	172,1	39,9	30,2%	34,7	25,0%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	7,6	4,7	-2,9	-38,4%	-3,2	-40,9%	3.357,7	235,4	-3.122,3	-93,0%	-3.312,7	-93,2%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	67,8	103,7	35,9	52,9%	33,0	46,7%	555,5	846,5	291,1	52,4%	268,4	46,0%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.898,4	11.456,0	557,7	5,1%	97,4	0,9%	84.557,8	92.237,3	7.679,4	9,1%	4.030,0	4,5%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	602,6	604,5	1,8	0,3%	-23,6	-3,8%	3.918,6	4.407,4	488,8	12,5%	325,0	7,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	2,6	2,6	-	2,6	-	28,4	44,0	15,6	54,9%	14,5	48,6%
4.3.7 Créditos Extraordinários	685,9	2.047,6	1.361,6	198,5%	1.332,7	186,4%	3.571,5	14.350,0	10.778,6	301,8%	10.601,8	283,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	93,0	109,4	16,4	17,7%	12,5	12,9%	620,7	811,0	190,4	30,7%	164,6	25,4%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	4.706,7	5.543,0	836,3	17,8%	637,5	13,0%	40.291,3	45.434,5	5.143,2	12,8%	3.406,0	8,0%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	425,7	459,8	34,1	8,0%	16,1	3,6%	3.419,9	4.003,7	583,8	17,1%	441,4	12,3%

Discriminação	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.485,9	1.603,1	117,2	7,9%	54,4	3,5%	11.933,3	13.076,0	1.142,7	9,6%	628,5	5,0%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,0	-0,0	0,0%	-14,1	-4,1%	2.656,5	2.656,2	-0,3	0,0%	-116,7	-4,2%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	712,7	535,9	-176,9	-24,8%	-207,0	-27,9%	38.614,6	38.178,7	-435,9	-1,1%	-1.619,4	-4,0%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.366,6	1.208,4	-158,2	-11,6%	-215,9	-15,2%	16.654,5	14.257,8	-2.396,7	-14,4%	-3.137,8	-17,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.375,1	1.296,9	-78,2	-5,7%	-136,3	-9,5%	13.717,5	14.086,4	368,9	2,7%	-213,7	-1,5%
Equalização de custeio agropecuário	175,6	82,9	-92,6	-52,8%	-100,1	-54,7%	1.315,9	1.100,1	-215,8	-16,4%	-273,3	-19,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	443,3	406,4	-36,9	-8,3%	-55,6	-12,0%	3.989,0	4.278,5	289,5	7,3%	116,5	2,8%
Política de preços agrícolas	2,5	0,4	-2,1	-83,8%	-2,2	-84,5%	79,2	7,7	-71,5	-90,3%	-75,6	-90,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,4	0,4	-2,0	-83,6%	-2,1	-84,3%	11,9	5,1	-6,8	-56,8%	-7,3	-58,4%
Equalização Aquisições do Governo Federal	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%	67,3	2,5	-64,7	-96,2%	-68,3	-96,3%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	671,1	604,1	-67,0	-10,0%	-95,3	-13,6%	6.421,5	6.386,7	-34,8	-0,5%	-311,3	-4,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	601,1	609,2	8,1	1,4%	-17,3	-2,8%	6.113,5	5.790,0	-323,5	-5,3%	-596,0	-9,3%
Concessão de Financiamento ^{5/}	70,0	-5,1	-75,1	-	-78,0	-	308,0	596,6	288,7	93,7%	284,7	88,3%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	43,1	-7,4	-50,5	-	-52,3	-	390,9	443,1	52,2	13,4%	39,0	9,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	55,1	77,5	22,4	40,6%	20,0	34,9%	399,4	457,0	57,6	14,4%	40,7	9,7%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-12,0	-84,9	-72,9	608,1%	-72,4	579,4%	-8,5	-13,9	-5,3	62,7%	-1,7	21,0%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	3,8	0,1	-3,7	-98,3%	-3,9	-98,4%	38,5	0,8	-37,7	-97,9%	-40,1	-98,0%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	36,8	210,0	173,2	471,0%	171,7	447,9%	896,5	1.138,6	242,1	27,0%	210,1	22,4%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	193,5	215,6	22,0	11,4%	13,7	6,7%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,9	0,9	0,0	0,3%	-0,0	-3,8%	7,0	7,5	0,5	6,8%	0,2	2,4%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	387,8	529,3	141,5	36,5%	126,6	31,4%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	12,9	8,7	-4,2	-32,7%	-4,8	-35,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-1,9	-0,6	1,3	-69,1%	1,4	-70,4%	-15,0	-29,9	-14,9	98,9%	-14,6	91,6%
Proagro	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2.916,0	0,0	-2.916,0	-100,0%	-3.070,8	-100,0%
PNAFE	0,0	-0,2	-0,2	-	-0,2	-	-58,4	-60,6	-2,2	3,7%	0,4	-0,6%
Demais Subsídios e Subvenções	-8,4	-88,2	-79,8	945,5%	-79,4	903,1%	79,4	231,9	152,5	192,1%	146,4	174,4%
4.3.16 Transferências ANA	12,0	13,4	1,4	12,0%	0,9	7,5%	43,1	78,2	35,1	81,4%	33,1	73,7%

Discriminação	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	124,7	42,5	-82,2	-65,9%	-87,5	-67,3%	1.287,1	973,2	-314,0	-24,4%	-379,3	-28,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	200,9	184,0	-16,9	-8,4%	-25,4	-12,1%	1.379,8	1.476,0	96,2	7,0%	40,8	2,8%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	4.948,3	4.948,3	-	4.948,3	-	0,0	4.955,1	4.955,1	-	4.955,1	-
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	49.789,5	45.201,3	-4.588,2	-9,2%	-6.691,0	-12,9%	351.660,4	399.579,2	47.918,8	13,6%	32.750,9	8,9%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.760,3	30.935,7	175,4	0,6%	-1.123,7	-3,5%	244.366,1	252.029,6	7.663,5	3,1%	-3.052,2	-1,2%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.768,4	1.908,9	140,5	7,9%	65,8	3,6%	13.585,0	15.338,3	1.753,3	12,9%	1.163,8	8,2%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	12.650,2	12.855,4	205,2	1,6%	-329,1	-2,5%	108.019,3	103.657,2	-4.362,1	-4,0%	-9.142,9	-8,1%
4.4.1.3 Saúde	14.536,4	14.529,8	-6,5	0,0%	-620,5	-4,1%	111.030,6	120.669,9	9.639,2	8,7%	4.807,7	4,1%
4.4.1.4 Educação	933,3	857,4	-75,9	-8,1%	-115,3	-11,9%	6.101,3	6.871,1	769,8	12,6%	503,9	7,9%
4.4.1.5 Demais	872,0	784,2	-87,8	-10,1%	-124,7	-13,7%	5.629,9	5.493,2	-136,7	-2,4%	-384,6	-6,5%
4.4.2 Discrecionárias	19.029,3	14.265,6	-4.763,6	-25,0%	-5.567,3	-28,1%	107.294,3	147.549,6	40.255,3	37,5%	35.803,1	31,8%
4.4.2.1 Saúde	6.296,7	3.634,1	-2.662,6	-42,3%	-2.928,5	-44,6%	29.607,4	47.074,4	17.467,0	59,0%	16.214,7	52,3%
4.4.2.2 Educação	3.409,9	2.705,1	-704,8	-20,7%	-848,9	-23,9%	18.910,4	29.894,5	10.984,1	58,1%	10.303,7	51,9%
4.4.2.3 Defesa	937,5	930,0	-7,5	-0,8%	-47,1	-4,8%	6.418,5	6.525,9	107,4	1,7%	-179,5	-2,7%
4.4.2.4 Transporte	1.842,9	1.646,8	-196,1	-10,6%	-273,9	-14,3%	9.094,8	9.587,6	492,9	5,4%	88,8	0,9%
4.4.2.5 Administração	789,4	796,1	6,6	0,8%	-26,7	-3,2%	4.686,3	5.357,9	671,6	14,3%	470,3	9,6%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	807,8	685,1	-122,7	-15,2%	-156,8	-18,6%	5.855,9	6.326,9	471,0	8,0%	219,6	3,6%
4.4.2.7 Segurança Pública	491,7	427,7	-64,0	-13,0%	-84,8	-16,5%	2.370,7	2.796,1	425,3	17,9%	323,0	13,0%
4.4.2.8 Assistência Social	989,7	726,8	-262,9	-26,6%	-304,7	-29,5%	4.859,6	7.487,4	2.627,8	54,1%	2.431,0	47,7%
4.4.2.9 Demais	3.463,6	2.714,0	-749,6	-21,6%	-895,9	-24,8%	25.490,7	32.499,0	7.008,2	27,5%	5.931,6	22,2%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-15.540,2	-13.584,9	1.955,3	-12,6%	2.611,6	-16,1%	-85.887,5	-94.869,5	-8.981,9	10,5%	-6.233,5	7,1%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	-101,1						1.424,1					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	-101,1						1.424,1					
6.3 Ajuste Metodológico Recursos Não Sacados do PIS/PASEP (EC nº 126/	0,0						0,0					
6.4 Ajuste Metodológico Compensações LC nº 194/2022 (pré-Acordo Uniã	0,0						0,0					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-292,7						-154,2					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-15.934,0						-84.617,6					
9. JUROS NOMINAIS ^{13/}	-64.792,4						-530.285,0					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{14/}	-80.726,4						-614.902,7					

Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	59.518,4	65.920,9	6.402,5	10,8%	3.888,8	6,3%	443.672,9	491.900,0	48.227,1	10,9%	25.651,9	10,3%
Arrecadação Ordinária	59.518,4	65.920,9	6.402,5	10,8%	3.888,8	6,3%	443.672,9	491.900,0	48.227,1	10,9%	25.651,9	10,3%

Discriminação	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Custeio Administrativo	5.787,5	6.251,0	463,5	8,0%	219,1	3,6%	40.259,4	45.994,3	5.734,9	14,2%	3.732,0	13,6%
Investimento	6.606,7	5.636,1	-970,6	-14,7%	-1.249,6	-18,1%	44.236,3	61.599,0	17.362,7	39,2%	15.236,8	37,5%
PAC ^{15/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida ^{16/}	887,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	5.459,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

- 1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.
- 2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).
- 3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.
- 4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".
- 5/ Concessão de empréstimos menos retornos.
- 6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.
- 7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.
- 8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.
- 9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.
- 10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.
- 11/ Ajuste Metodológico referente ao ingresso de recursos do PIS/Pasep não reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos, nos termos do art. 121 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 126/2022. Enquanto na metodologia
- 12/ Refere-se aos valores das compensações pelas perdas do ICMS no âmbito da LC nº 194/2022 compensados por liminares antes do acordo celebrado entre a União e os Estados e o DF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.191. Nas estatísticas acima da linha, esses valores foram registrados retroativamente, nos respectivos meses nos quais as parcelas das dívidas efetivamente deixaram de ser pagas à União. Já nas estatísticas abaixo da linha, tal montante impactou em sua totalidade o mês de dezembro/2023, mês no qual ocorreu a baixa dos ativos da União em decorrência das referidas compensações.
- 13/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.
- 14/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.
- 15/ A partir de 2020, a Secretaria do Tesouro Nacional não divulga as despesas relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento de modo segregado.
- 16/ A partir de 2026, a Secretaria do Tesouro Nacional não divulga as despesas relativas ao Programa Minha Casa Minha Vida de modo segregado.

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	45.241,9	54.269,7	9.027,8	20,0%	7.117,0	15,1%	371.930,7	411.892,6	39.961,8	10,7%	23.856,7	6,1%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	33.913,2	38.816,5	4.903,3	14,5%	3.471,0	9,8%	297.499,0	323.299,3	25.800,3	8,7%	12.939,0	4,1%
1.2 Fundos Constitucionais	1.715,3	2.016,1	300,8	17,5%	228,4	12,8%	11.556,7	14.925,0	3.368,3	29,1%	2.896,0	23,9%
1.2.1 Repasse Total	2.102,6	2.578,5	475,9	22,6%	387,1	17,7%	19.402,8	20.920,8	1.517,9	7,8%	666,5	3,3%
1.2.2 Superávit dos Fundos	- 387,3	- 562,4	- 175,1	45,2%	- 158,7	39,3%	-7.846,1	-5.995,8	1.850,4	-23,6%	2.229,6	-27,0%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.616,4	1.879,6	263,2	16,3%	194,9	11,6%	14.653,7	15.986,3	1.332,6	9,1%	699,6	4,5%
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	7.944,4	11.495,0	3.550,6	44,7%	3.215,0	38,8%	46.681,6	56.279,3	9.597,6	20,6%	7.529,7	15,4%
1.5 CIDE - Combustíveis	-	-	-	-	-	-	672,1	721,6	49,5	7,4%	20,7	2,9%
1.6 Demais	52,7	62,6	9,9	18,8%	7,7	14,0%	867,7	681,1	-186,6	-21,5%	-228,2	-24,9%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	0,6	0,6	-	0,6	-	0,0	17,6	17,6	-	17,7	-
1.6.3 IOF Ouro	2,6	4,8	2,3	89,3%	2,2	81,6%	26,9	29,3	2,5	9,2%	1,4	4,9%
1.6.4 ITR	50,1	57,2	7,0	14,0%	4,9	9,4%	711,0	492,4	-218,6	-30,7%	-253,0	-33,7%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	129,8	141,7	11,9	9,2%	5,7	4,2%
1.6.6 Outras	1/-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	189.270,2	201.315,0	12.044,8	6,4%	4.051,1	2,1%	1.599.016,6	1.763.617,7	164.601,1	10,3%	96.078,3	5,7%
2.1 Benefícios Previdenciários	78.501,5	84.524,0	6.022,5	7,7%	2.707,1	3,3%	708.811,6	768.917,1	60.105,6	8,5%	29.564,1	4,0%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	31.716,3	31.787,8	71,5	0,2%	1.268,0	-3,8%	259.999,6	285.935,5	25.935,9	10,0%	14.870,9	5,4%
2.2.1 Ativo Civil	14.135,0	14.359,6	224,6	1,6%	372,4	-2,5%	115.368,8	128.313,1	12.944,3	11,2%	8.010,1	6,6%
2.2.2 Ativo Militar	2.842,1	2.983,9	141,8	5,0%	21,7	0,7%	23.630,8	25.036,0	1.405,2	5,9%	383,1	1,5%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	8.402,7	9.142,5	739,7	8,8%	384,9	4,4%	70.329,9	75.830,7	5.500,8	7,8%	2.461,4	3,3%
2.2.4 Reformas e pensões militares	5.149,4	5.044,3	- 105,1	-2,0%	322,5	-6,0%	42.272,5	45.788,9	3.516,4	8,3%	1.692,8	3,8%
2.2.5 Sentenças e Precatórios	1.187,1	257,6	- 929,5	-78,3%	- 979,7	-79,2%	8.397,6	10.966,9	2.569,3	30,6%	2.323,5	26,5%
2.2.6 Outros	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	29.567,9	39.771,2	10.203,2	34,5%	8.954,4	29,1%	278.416,1	309.291,8	30.875,6	11,1%	19.138,1	6,5%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	8.437,4	11.147,5	2.710,1	32,1%	2.353,8	26,8%	69.218,5	75.446,9	6.228,4	9,0%	3.124,7	4,3%
2.3.2 Anistiados	16,6	18,5	1,8	10,9%	1,1	6,4%	131,9	172,2	40,2	30,5%	35,0	25,3%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	7,6	4,7	- 2,9	-38,4%	3,2	-40,9%	3.357,7	235,4	-3.122,3	-93,0%	-3.312,7	-93,2%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	67,9	103,8	35,9	52,9%	33,1	46,7%	556,5	847,6	291,2	52,3%	268,5	45,9%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.898,4	11.456,0	557,7	5,1%	97,4	0,9%	84.558,3	92.237,1	7.678,8	9,1%	4.029,3	4,5%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	10.295,8	10.851,6	555,8	5,4%	121,0	1,1%	80.639,8	87.829,7	7.189,9	8,9%	3.704,3	4,4%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	602,6	604,5	1,8	0,3%	23,6	-3,8%	3.918,5	4.407,4	488,9	12,5%	325,0	7,9%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	2,6	2,6	-	2,6	-	28,4	44,0	15,6	54,9%	14,5	48,6%
2.3.7 Créditos Extraordinários	685,0	2.050,9	1.365,8	199,4%	1.336,9	187,2%	3.596,7	14.375,2	10.778,6	299,7%	10.601,0	281,5%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	93,0	109,4	16,4	17,7%	12,5	12,9%	620,7	811,0	190,4	30,7%	164,6	25,4%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	4.706,7	5.543,0	836,3	17,8%	637,5	13,0%	40.291,3	45.434,5	5.143,2	12,8%	3.406,0	8,0%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	425,6	459,6	34,0	8,0%	16,1	3,6%	3.425,5	4.004,1	578,6	16,9%	435,8	12,1%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.428,9	1.610,6	181,7	12,7%	121,3	8,1%	11.659,3	13.109,6	1.450,3	12,4%	948,5	7,7%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,1	332,0	- 0,0	0,0%	14,1	-4,1%	2.656,5	2.656,2	-0,3	0,0%	-116,7	-4,2%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	764,5	535,9	- 228,6	-29,9%	260,9	-32,7%	38.950,3	38.177,6	-772,6	-2,0%	-1.972,3	-4,9%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	1.366,6	1.208,4	- 158,2	-11,6%	215,9	-15,2%	16.654,5	14.257,8	-2.396,7	-14,4%	-3.137,8	-17,9%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	175,6	82,9	- 92,6	-52,8%	100,1	-54,7%	1.315,9	1.100,1	-215,8	-16,4%	-273,3	-19,8%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	443,3	406,4	- 36,9	-8,3%	55,6	-12,0%	3.989,0	4.278,5	289,5	7,3%	116,5	2,8%

Discriminação	Agosto			Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real		
	2025	2026		R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,4	0,4	-	2,0	-83,6%	2,1	-84,3%	11,9	5,1	-6,8	-56,8%	-7,3	-58,4%	
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	0,0	-	-	0,0	-100,0%	0,0	-100,0%	67,3	2,5	-64,7	-96,2%	-68,3	-96,3%	
2.3.15.6 Pronaf	671,1	604,1	-	67,0	-10,0%	95,3	-13,6%	6.421,5	6.386,7	-34,8	-0,5%	-311,3	-4,6%	
2.3.15.7 Proex	43,1	7,4	-	50,5	-	52,3	-	390,9	443,1	52,2	13,4%	39,0	9,5%	
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	3,8	0,1	-	3,7	-98,3%	3,9	-98,4%	38,5	0,8	-37,7	-97,9%	-40,1	-98,0%	
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	36,8	210,0		173,2	471,0%	171,7	447,9%	896,5	1.138,6	242,1	27,0%	210,1	22,4%	
2.3.15.11 Funcafé	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	-	-	-	-	-	-	-	193,5	215,6	22,0	11,4%	13,7	6,7%	
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,9	0,9		0,0	0,3%	0,0	-3,8%	7,0	7,5	0,5	6,8%	0,2	2,4%	
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	-	-	-	-	-	-	387,8	529,3	141,5	36,5%	126,6	31,4%	
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-	-	-	-	-	-	12,9	8,7	-4,2	-32,7%	-4,8	-35,6%	
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	1,9	-	0,6	1,3	-69,1%	1,4	-70,4%	-15,0	-29,9	-14,9	98,9%	-14,6	91,6%
2.3.15.19 Proagro	-	-	-	-	-	-	-	2.916,0	0,0	-2.916,0	-100,0%	-3.070,8	-100,0%	
2.3.15.20 PNAFE	-	0,2	-	0,2	-	0,2	-	-58,4	-60,6	-2,2	3,7%	0,4	-0,6%	
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.26 - Cacau	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	-	8,4	-	88,2	-	79,8	945,5%	79,4	231,9	152,5	192,1%	146,4	174,4%	
2.3.16 Transferências ANA	12,0	13,4		1,4	12,0%	0,9	7,5%	43,1	78,2	35,1	81,4%	33,1	73,7%	
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	124,7	42,5	-	82,2	-65,9%	87,5	-67,3%	1.287,1	973,2	-314,0	-24,4%	-379,3	-28,0%	
2.3.18 Impacto Primário do FIES	200,9	184,0	-	16,9	-8,4%	25,4	-12,1%	1.379,8	1.476,0	96,2	7,0%	40,8	2,8%	
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	4.948,3		4.948,3	-	4.948,3	-	0,0	4.955,1	4.955,1	-	4.955,1	-	
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	49.484,5	45.232,0	-	4.252,4	-8,6%	6.342,4	-12,3%	351.789,3	399.473,3	47.684,0	13,6%	32.505,3	8,8%	
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	30.809,3	31.035,3		226,0	0,7%	1.075,2	-3,3%	244.288,5	251.653,0	7.364,5	3,0%	-3.351,1	-1,3%	
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.771,3	1.915,1		143,8	8,1%	69,0	3,7%	13.581,4	15.315,7	1.734,3	12,8%	1.144,8	8,0%	
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	12.670,4	12.896,8		226,4	1,8%	308,7	-2,3%	107.980,1	103.501,5	-4.478,6	-4,1%	-9.259,1	-8,2%	
2.4.1.3 Saúde	14.559,6	14.576,6		17,1	0,1%	597,8	-3,9%	110.997,0	120.491,0	9.494,0	8,6%	4.662,3	4,0%	
2.4.1.4 Educação	934,8	860,2	-	74,6	-8,0%	114,1	-11,7%	6.100,4	6.858,3	757,9	12,4%	491,9	7,7%	
2.4.1.5 Demais	873,4	786,7	-	86,7	-9,9%	123,6	-13,6%	5.629,6	5.486,5	-143,1	-2,5%	-391,0	-6,6%	
2.4.2 Discrecionárias	18.675,1	14.196,7	-	4.478,4	-24,0%	5.267,1	-27,1%	107.500,8	147.820,3	40.319,5	37,5%	35.856,4	31,8%	
2.4.2.1 Saúde	6.179,5	3.616,6	-	2.562,9	-41,5%	2.823,9	-43,8%	29.620,3	47.261,2	17.640,9	59,6%	16.387,8	52,8%	
2.4.2.2 Educação	3.346,4	2.692,0	-	654,5	-19,6%	795,8	-22,8%	18.940,2	29.903,9	10.963,8	57,9%	10.281,9	51,7%	
2.4.2.3 Defesa	920,1	925,5		5,4	0,6%	33,4	-3,5%	6.433,0	6.535,2	102,2	1,6%	-185,6	-2,8%	
2.4.2.4 Transporte	1.808,6	1.638,9	-	169,7	-9,4%	246,1	-13,1%	9.103,7	9.590,5	486,8	5,3%	82,0	0,9%	
2.4.2.5 Administração	774,7	792,2		17,5	2,3%	15,2	-1,9%	4.688,9	5.360,3	671,4	14,3%	469,9	9,5%	
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	792,7	681,8	-	111,0	-14,0%	144,5	-17,5%	5.867,2	6.326,9	459,7	7,8%	207,8	3,4%	
2.4.2.7 Segurança Pública	482,6	425,6	-	56,9	-11,8%	77,3	-15,4%	2.371,9	2.797,1	425,3	17,9%	322,9	13,0%	
2.4.2.8 Assistência Social	971,3	723,3	-	248,0	-25,5%	289,0	-28,5%	4.870,0	7.491,7	2.621,7	53,8%	2.424,5	47,5%	
2.4.2.9 Demais	3.399,1	2.700,9	-	698,3	-20,5%	841,8	-23,8%	25.605,6	32.553,5	6.947,9	27,1%	5.865,3	21,8%	

Discriminação Memorando	Agosto		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Ago		Variação Nominal		Variação Real	
	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2025	2026	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
m. Créditos Extraordinários	685,0	2.050,9	1.365,8	199,4%	1.336,9	187,2%	3.596,7	14.375,2	10.778,6	299,7%	10.601,0	281,5%
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	396,3	318,3	-	78,0	-19,7%	-	94,7	-22,9%	1.370,4	715,4	-655,0	-47,8%
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	2,1	-	-	2,1	-100,0%	-	2,2	-100,0%	35,5	8,3	-27,1	-76,5%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	0,1	0,0	-	0,1	-99,8%	-	0,1	-99,8%	28,9	0,9	-28,0	-96,9%
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	394,2	318,3	-	75,9	-19,2%	-	92,5	-22,5%	1.306,0	706,2	-599,8	-45,9%
m.2 - Discricionárias (Créditos Extraordinários)	288,7	1.732,6	1.443,8	500,0%	1.431,6	475,7%	2.226,2	13.659,8	11.433,5	513,6%	11.310,3	483,9%
m.2.1 - Discricionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	12,1	-	-	12,1	-100,0%	-	12,6	-100,0%	110,3	52,8	-57,4	-52,1%
m.2.2 - Discricionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	3,2	1,7	-	1,5	-47,1%	-	1,7	-49,3%	31,1	28,7	-2,4	-7,7%
m.2.3 - Discricionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	43,1	4,9	-	38,2	-88,6%	-	40,0	-89,0%	391,4	66,9	-324,5	-82,9%
m.2.4 - Discricionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	55,5	9,4	-	46,1	-83,1%	-	48,5	-83,8%	417,5	226,2	-191,3	-45,8%
m.2.5 - Discricionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	0,2	0,1	-	0,1	-39,3%	-	0,1	-41,8%	5,5	3,1	-2,4	-43,3%
m.2.6 - Discricionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	2,5	-	-	2,5	-100,0%	-	2,6	-100,0%	3,4	0,7	-2,7	-79,9%
m.2.7 - Discricionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	73,4	79,6	6,1	8,4%	3,0	4,0%	555,2	726,5	171,3	30,8%	146,6	25,2%
m.2.8 - Discricionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	9,1	22,2	13,2	145,2%	12,8	135,3%	181,3	163,3	-18,0	-9,9%	-26,3	-13,8%
m.2.9 - Discricionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	89,7	1.614,7	1.525,0	-	1.521,2	-	530,6	12.391,6	11.861,0	-	11.814,5	-

Obs.: Dados sujeitos à alteração.